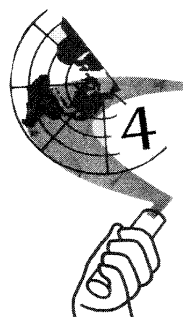


Conferências Regionais do POR



Julho de 2013



**Manifestações de Junho:
As massas impõem sua
soberania nas ruas**

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	03
1. Conferência Regional SP Resolução Política.....	05
2. Conferência Regional Nordeste.....	23

Apresentação

Esta publicação reúne dois documentos aprovados nas Conferências regionais, realizadas em Natal (6 e 7 de julho) e em São Paulo (27 e 28 de julho). Foram especialmente convocadas para realizar um balanço das mobilizações de junho.

O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou, nos estados em que está organizado, em defesa das reivindicações e com política própria. Pôde, assim, publicar um extenso folheto intitulado *As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade da direção revolucionária*. Os inúmeros escritos e os panfletos nele reunidos testemunham as formulações do partido no fogo dos acontecimentos.

As Conferências tiveram a função de avaliar as diretrizes desenvolvidas pelo POR nos vários momentos da luta. Os fatos e as distintas posições que se manifestaram internamente na jornada de junho exigem uma avaliação rigorosa do papel da direção política e mesmo de sua ausência em situações cruciais.

Experiências da envergadura das manifestações de junho devem ser assimiladas crítica e autocriticamente em profundidade. Essa é a razão por que foram convocadas as Conferências regionais extraordinárias.

A direção do POR orientou para que as regionais elaborassem seus documentos, baseando-se nas posições defendidas no movimento. Não há dúvida que as gigantescas manifestações que tomaram praticamente todo o mês de junho indicam o estado de crise social no Brasil. O acúmulo de contradições econômicas e políticas está na base da eclosão de um movimento inesperado e massivo.

As massas retornaram ao seu leito, a burguesia respirou aliviada e os governos logo se mostraram indiferentes às reivindicações. A espontaneidade da luta, a ausência de reivindicações que de fato defendam a vida dos explorados e a falta de um partido revolucionário organizado no seio da classe operária explicam a não continuidade do movimento. Mesmo assim, as massas nas ruas estabeleceram o marco na crise econômica e política. O que quer dizer que as tendências de luta permanecem ativas.

As Conferências do POR se baseiam nessa avaliação. Servem de norte para os próximos embates. O programa de reivindicações levantado pelo POR mantém sua vigência e deve ser motivo de intenso trabalho. Esperamos que os documentos aqui publicados sirvam para fortalecer a vanguarda e aproximar a militância da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Julho/2013

Conferência Regional SP Resolução Política

1. As manifestações de junho expressaram um novo fenômeno político no País. Não se conhecia um movimento tão massivo e amplo protagonizado pela juventude, por camadas da pequena-burguesia e por um amplo contingente popular. De forma geral, caracterizou-se pelo descontentamento da classe média empobrecida.

Diferentemente das mobilizações pelas “Diretas Já” e pela destituição do primeiro presidente eleito Fernando Collor de Mello, a pequena-burguesia ganhou as ruas sem estar sob o comando dos partidos da burguesia. Foi empurrada pela crise econômica, pelas sacrificantes condições de existência urbana, pela desintegração social de camadas da população, pelos constantes escândalos de corrupção no poder do Estado, pela falência do reformismo petista e pelos exemplos da luta de classes mundial.

Esses são alguns dos fatores que emergiram por trás da reivindicação de revogação do aumento das tarifas dos coletivos e da brutal repressão desfechada pelos governos à contestação da juventude, convocada pelo MPL. Compara-se como novo fenômeno político por essas características e pela eclosão espontânea de massa.

2. Em fins de 70 e início de 80, a classe operária, ten-

do à frente os metalúrgicos do ABC, rompeu o cerco da ditadura militar, projetando o movimento grevista por empregos, salários, liberdades políticas e sindicais. Sob o governo de transição de José Sarney (1985/1989), a classe operária enfrentou o brutal confisco salarial via inflação. A luta grevista se acirrou, chegando à greve geral de 48 horas convocada pela CUT. O governo esteve a ponto de recorrer ao Estado de Emergência, para conter a onda grevista, de ocupações de fábrica e de manifestações.

Sob o governo de Fernando H. Cardoso (1995/2002), os explorados receberam o impacto das medidas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). As reformas pró-imperialistas atingiram fundo os empregos, a previdência e o salário mínimo. A combativa greve dos petroleiros se destacou (1995), marcando a presença da classe operária. Acabou sendo desativada por ordem de Lula ditada à direção da CUT. Os petistas avaliaram que o desabastecimento poderia jogar a classe média contra as pretensões presidenciais de Lula. Sacrificou-se a greve dos petroleiros em favor da estratégia eleitoral do PT.

O movimento dos sem-terra (MST), por sua vez, se projetou como uma força nacional. As ocupações se firmaram como método para exigir do governo os assentamentos. No entanto, o movimento camponês se enclausurou no corporativismo do MST. A burocracia sindical manteve-o isolado da classe operária.

O centro da política das direções camponesas e sindicais (da CUT) se voltou para a eleição de Lula e a formação de um “governo democrático e popular”. Alcançado o objetivo nas eleições de 2002, todas as direções se ajustaram à posição de apoiar e sustentar o governo de Lula, obscurecendo sua essência de classe – um governo burguês. Desconhecendo seu conteúdo de classe, desconhecaram sua adaptação ao grande capital nacional e ao imperialismo.

As direções conciliadoras e burocráticas do movimento operário e camponês apoiaram-se nas ilusões dos explorados e promoveram um enorme recuo, facilitado pelo reanimamento da economia, da volta do emprego, da pos-

sibilidade de recuperar a conta-gota o salário mínimo e a avançar o assistencialismo armado no governo de Fernando H. Cardoso. Criaram-se as condições econômicas e políticas para o PT e seu braço sindical/camponês promoverem o colaboracionismo de classe.

O ascenso da classe operária do final de 70 e início de 80, que se potenciou sob o governo de José Sarney, foi desviado para a estratégia eleitoral e bloqueado. O MST se integrou profundamente na política agrária do Estado, estagnou e retrocedeu. O triunfo da política de conciliação de classe constituiu um grande cerco às lutas operárias e camponesas.

3. É nesse quadro de contenção da classe operária e de recuo do movimento camponês que, em junho de 2013, a pequena-burguesia urbana tomou conta das ruas e abriu caminho para manifestações populares. A burocracia sindical nada pôde fazer para evitar a explosão inesperada. O PT se viu atropelado pelas massas.

Os partidos da base aliada e os da oposição, sem exceção, foram hostilizados. O que expôs o profundo divórcio dos partidos da ordem capitalista e as massas. Em particular, expôs o declínio do PT e a bancarrota de seu governo.

Nas ruas, ficou visível a desmoralização do Congresso Nacional. A cova de laráprios já não pode ser disfarçada em “Casa do Povo”, sem que não seja desmascarada.

A situação concreta dos bairros, das condições de vida, das relações de trabalho e das possibilidades de estudo está em choque com a política e com as instituições da burguesia. Sob a bandeira de revogação do aumento das tarifas dos transportes, brotaram as reivindicações de saúde, educação e segurança.

A população sofre brutais consequências do sistema capitalista de exploração, que se manifestam nas dificuldades com as habitações, as doenças, as drogas, a violência policial, a mortandade diária nas favelas e nos bairros pobres. São parte desse inferno, o esgotamento e a humilhação que os oprimidos suportam todos os dias nos

transportes coletivos.

O capitalismo em desintegração impõe os rigores da barbárie a um gigantesco contingente de brasileiros. Nessas condições, a pequena-burguesia sobrevive à beira do abismo. Somente a sua camada abastada e minoritária tem como usufruir da polarização entre riqueza e miséria. As massas que saíram às ruas contra a prepotência da Tropa de Choque foram movidas, sem dúvida, pelas mãos poderosas da crise econômica e pelo perigo de se aproximarem demais do precipício que as leva à pobreza extrema.

A ausência da classe operária nas manifestações não se deve a que esteja contente com os governos e despreocupada com a marcha da economia. Deve-se ao freio imposto pela burocracia colaboracionista.

4. A burguesia – seus meios de comunicação, os partidos da ordem e os governos – procurou descaracterizar as manifestações como luta de classes. E caracterizá-las como movimento democrático contra a corrupção e pela melhoria dos serviços públicos. Insistiu em exigir a repressão seletiva contra o destacamento jovem que se confrontou com o aparato policial e que destoou da campanha governista de manifestação ordeira. A criminalização dos movimentos vem crescendo, basta ver a quantidade de processos desfechados contra estudantes, operários e camponeses.

Dilma Rousseff improvisou uma resposta às ruas com a bandeira de reforma política. Inventou uma Constituinte Exclusiva, que virou plebiscito. Nem mesmo os petistas se uniram em torno da manobra da presidenta.

O PSDB aposta na incapacidade de Dilma mobilizar sua base aliada para qualquer caminho. O Senado não se furtou, demagogicamente, a se mostrar sensível com as reivindicações de passe livre. O Congresso Nacional, como um todo, fez de conta que chegou a hora de aproximar-se dos “representados”.

O Ministério da Saúde aproveitou a ocasião para apresentar uma reforma do ensino de medicina. Causou uma reação quase que generalizada das universidades particu-

lares e docentes. A casta médica não admite mudanças que não sejam ditadas por suas organizações corporativas. A oposição se viu nadando a favor da corrente.

Não obstante, governo e oposição insistem que o movimento das ruas deve ser atendido no que tem de “democrático”. Para os agentes da burguesia, alguma coisa deve ser apresentada como satisfação. As eleições de 2014 não poderão ser afetadas por nenhuma medida que altere as condições atuais de disputa.

Setores do governo e a oposição querem apresentar algum reparo depois de empossado o novo presidente. Esse é o caminho sinuoso e cheio de armadilha para enganar as massas.

O problema está nos obstáculos objetivos para desviar o curso das manifestações de junho. Não se tratou de um movimento democrático pequeno-burguês, embora os agentes da burguesia tenham plantado bandeiras como a de fim da PEC-37, etc., como se fossem democráticas. As massas tomaram as ruas impulsionadas pela situação econômica e social e descarregaram politicamente o ataque à corrupção, ao desperdício e aos desvios (gastos milionários com jogos da Copa). Isso porque, em sua espontaneidade, expressaram as disputas interburguesas em torno do poder do Estado. Na ausência de uma direção revolucionária, é inevitável que as massas terminem por se sujeitar às pressões da política da burguesia ou a recuem desarmadas ideologicamente.

5. A gigantesca movimentação partiu das necessidades prementes - por esse ponto se manifestou a luta de classes. O MPL decidiu suspender as manifestações, aceitando o recuo dos governos quanto ao aumento das tarifas. Mas as massas haviam ultrapassado a limitada exigência. Levantavam as reivindicações do sofrimento diário em oposição aos governos perdulários, corruptos e mentirosos.

Os explorados não escolheram este ou aquele partido, este ou aquele governo para atacar. Espontaneamente, foram mostrando nos bloqueios de rua que responsabilizavam todos os governos, da presidência da República

aos prefeitos.

O aumento das tarifas ocorre na situação de elevação do custo de vida. Os explorados começam a se dar conta de que o tão propagandeado “crescimento sustentável, com distribuição de renda e inclusão social” não passa de uma casca oca e de uma máscara para ocultar a política voltada para os interesses do grande capital nacional e multinacional.

Diz o governo petista que não foram os miseráveis que protestaram. É certo. Mas a classe média pobre e remediada ao assumir os métodos de luta do proletariado de ganhar as ruas, bloqueá-las, não temer a Tropa de Choque e impor sua soberania popular indica tendências mais profundas de luta no seio da maioria explorada, inclusive da classe operária.

É correto que não se definiu com clareza a luta de classes. Isso porque as reivindicações de saúde, educação, moradia, transporte, segurança (essa última incluía a matança policial) e fim da corrupção (motivada pela disputa interburguesa) partem das consequências sociais e políticas do capitalismo em decomposição. As causas se encontram na exploração do trabalho e concentração de riqueza.

Os partidos da burguesia têm a função, na situação de luta das massas, de canalizar as necessidades reais dos explorados para o Orçamento da União, estados e municípios. A burocracia sindical e as esquerdas via de regra acabam auxiliando na tarefa de desviar a luta de classes para o campo da democracia parlamentar, uma vez que se negam a levantar as reivindicações que de fato defendem a vida das massas.

O simples aumento das tarifas é um ataque aos salários, assim como o aumento dos preços dos alimentos, etc. O sistema de saúde que de fato responde à cura é privado. Aos pobres que recebem um salário de fome, quando está empregado, não é possível sequer comprar os remédios. O custo da saúde não cabe nos salários.

O fato do movimento não ter sido impulsionado pelas

reivindicações salariais, de emprego e de proteção trabalhista permitiu que se dissolvesse em bandeiras gerais e isoladas. O que permitiu à burguesia influenciá-lo, por cima, com seu portentoso meio de comunicação e, por baixo, com organizações ditas “não governamentais”.

6. As reivindicações são condutoras e centralizadoras do movimento. Se correspondem às necessidades gerais dos explorados, vão levá-los a se chocar contra os pilares de sustentação do capitalismo.

A bandeira de revogação do aumento das tarifas respondeu ao repasse da inflação para o custo de vida dos assalariados e à proteção do lucro dos empresários. Foi necessária uma gigantesca mobilização popular para os governos voltarem atrás. Os agentes da burguesia encontrarão uma forma de compensar, transferindo o custo à população. O que mais cedo ou tarde levará novamente as massas às ruas.

Como se vê o resultado econômico foi pequeno, mas o resultado político foi imenso.

Os governos terão também de se virar diante da calamitosa situação da saúde pública. Esse serviço é sensível aos explorados. O estado calamitoso do SUS contrasta com o majestoso sistema privado da saúde. E quem paga por ele são os explorados que diariamente se entregam à produção e sofrem brutal espoliação capitalista de seu trabalho.

Não por acaso, por trás das reivindicações sobre os transportes coletivos, saltaram as bandeiras de saúde, moradia, educação, etc. As massas expressam à sua maneira as brutais consequências do capitalismo em decomposição, quando não estão sob um programa, que somente o partido revolucionário pode desenvolver em seu seio.

As esquerdas – variações do centrismo – se prostraram diante da espontaneidade dos explorados, quando se negaram a levantar as bandeiras que de fato defendem as suas vidas e se contrapõem à exploração do trabalho. Não vamos exigir do MPL o que o grupo pequeno-burguês não se propõe a oferecer. Mas àqueles que levantam a bandeira do marxismo é preciso que se diga que falseiam o que

se propõem a oferecer. Negaram-se a levantar as bandeiras de Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. Volta e meia se referem ao salário mínimo do Dieese, mas, quando é preciso sair em sua defesa, acham uma justificativa para se esquivarem.

Os transportes compõem o custo de vida geral. Não há como de fato defender-se da alta do preço das tarifas isolando-a das reivindicações que protegem os assalariados contra a alta geral dos preços. O salário mínimo vital e o reajuste automático (escala móvel de reajuste) estão na base do programa proletário.

As massas nas ruas criaram uma situação extraordinária para a vanguarda aplicar o programa de transição e atuar de acordo com seu método.

O governo Dilma já cedeu às pressões do capital financeiro. Os juros voltaram a ser elevados. O Real se desvaloriza diante do dólar. A indústria não cresce. Os empregos se mostram instáveis. As dívidas interna e externa voltam a pesar na política econômica da burguesia. Enfim, a crise está sendo descarregada sobre as massas, ainda que o governo petista relute em atacá-las diretamente. Mas o ataque frontal é questão de tempo. A eclosão do movimento de junho é um sintoma da luta de classes que está por vir, com o proletariado à frente.

7. Observa-se que a dimensão gigantesca e a força do movimento de junho ultrapassaram em muito a reivindicação original levantada pelo MPL. Isso se explica pelo acúmulo das contradições estruturais do capitalismo e pela impossibilidade da burguesia de resolver o fundamental para as massas: erradicação da miséria e da fome.

O assistencialismo “inclusivo” orientado pelo imperialismo, adotado pelo governo de Fernando H. Cardoso e desenvolvido por Lula pareceu amenizar a barbárie social. Não resolveu nada. E pôs à luz do dia a incapacidade da burguesia e de seus governos de rechaçar as diretrizes mundiais do imperialismo para os países semicoloniais.

Ainda ecoa o discurso ufanista de Lula de que afinal seu governo incorporou 40 milhões de pobres à classe

média. Os milhões que se mobilizaram em junho e julho abafaram a demagogia reformista. O descontentamento com a saúde, educação, moradia, transporte e segurança, refletido por amplas camadas da pequena-burguesia e de populares, está em choque com a orientação privatizante que se armou no governo Collor, se implementou no de Fernando H. Cardoso e se continuou no de Lula e agora no de Dilma.

É evidente que a entrega dos serviços públicos para exploração empresarial leva à sua deterioração e que o fortalecimento das atividades privadas se contrapõe às necessidades mais elementares da maioria. A política dos governos petistas, que se pretende inclusiva, é a de com a mão direita impulsionar os monopólios e com a esquerda oferecer ilusão aos pobres e miseráveis de que estão sob a proteção do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, etc.

O que na realidade se passa? O SUS está subordinado ao sistema privado, que inclui hospitais controlados pelas Igrejas. E o sistema privado serve a uma reservada elite. A reivindicação que corresponde a essa situação é a de estatização sem indenização do sistema privado e constituição do sistema único, público e gratuito da saúde, sob o controle operário.

O mesmo corresponde à educação. A privatização do ensino superior, a sua concentração monopolista e a implantação do ensino a distância foi ampliada sob o governo de Lula. A luta contra as privatizações e pela bandeira de estatização, sem indenização deve estar na linha de frente. As esquerdas a apresentam subordinada à reivindicação de 10% do PIB para a educação ou a desconhecem, como acaba de ocorrer no movimento de junho. A luta pela estatização sem indenização, sob o controle do proletariado, cumpre tarefas transitórias de combate pelo socialismo.

8. A Força Sindical teve a iniciativa de convocar a manifestação do dia 11 de julho. A CUT, CSP-Conlutas, CTB e outras centrais estabeleceram um acordo de frente única. A CUT pretendia levantar a bandeira do plebiscito para a reforma política. A Força Sindical ameaçou com a consig-

na de “Fora Dilma”.

Os burocratas acabaram se entendendo em torno das seguintes reivindicações: Redução do preço e melhoria na qualidade dos transportes coletivos; Mais investimento na saúde e educação pública; Fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias; Redução da jornada de trabalho; Fim dos leilões das reservas de petróleo; Contra o PL 4330 da terceirização; Reforma agrária.

Nas fábricas, os operários perguntaram vamos parar por quê? Diziam-se descontentes com os salários. Estavam influenciados pela gigantesca mobilização de junho. Mas não tinham claro o motivo do Dia Nacional de Luta.

No 1º de Maio, a Força Sindical, na voz de Paulo da Silva, reclamou da inflação e ameaçou desencadear um movimento pelo gatilho (reajuste automático a partir de um teto inflacionário). Não passou de bravata para chamar a atenção do governo Dilma Rousseff para que prestigie a burocracia, como a prestigiava Lula. Esse é, porém, o ponto de partida da situação econômica. O custo de vida elevou-se acima da meta inflacionária, cujo teto é 6%. O capital financeiro venceu a queda de braço com o Ministério da Fazenda. A taxa Selic de 7,25% passou para 8,5%.

Os especuladores e credores se protegem por meio do Banco Central. Os assalariados ficam desarmados? Essa é a questão. As Centrais tinham o dever de convocar a manifestação com greve empunhando a defesa dos salários e dos empregos. As reivindicações: Por um aumento geral dos salários, salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários e escala móvel das horas de trabalho.

As bandeiras confeccionadas pelas Centrais, porém, não se dirigem contra a classe capitalista. Os burocratas esperam que o Congresso Nacional vote o projeto das 40 horas, do fim do fator previdenciário e do PL 4330. A bandeira de reforma agrária foi colocada para “inglês ver”.

O PL 4330 agrava as condições trabalhistas dos terceirizados. Essa reivindicação é importante para a classe

operária, mas a burocracia não quer acabar com a terceirização, apenas teme por seu agravamento. A reivindicação de Fim da terceirização, imediata contratação dos terceirizados pelas empresas, sem dúvida conta com o apoio geral dos assalariados.

A jornada de 40 horas não resolve o desemprego. Os capitalistas teriam de gastar um pouco mais com horas extras. Certamente, a redução de 4 horas dá a impressão aos trabalhadores que teriam um ganho significativo. As grandes empresas estão adaptadas tecnologicamente para as 40 horas. Essa reivindicação é, portanto, defendida pela burocracia avaliando-a como assimilável pela classe capitalista. Assim, a sua adoção virá pelo jogo parlamentar e se necessário por alguma pressão dos trabalhadores. Ao contrário, as reivindicações que de fato defendem a vida dos explorados não dependem do julgamento da burguesia sobre a sua possibilidade econômica. Está aí por que a defesa da estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho, por exemplo, implica o método da ação direta e da organização independente dos sindicatos diante do patronato. Exigem organizar as bases por meio das assembleias, que decidem democrática e coletivamente o caminho do embate. Reivindicações operárias e método de luta se condicionam mutuamente.

A burocracia se apoia no argumento do que é possível. E assim descarta as reivindicações que de fato defendem a vida das massas. A CSP-Conlutas que surgiu da cisão da CUT, sob a direção do PSTU, segue inexoravelmente os passos da burocracia forcista e cutista.

Como se vê, a luta pela independência política da classe operária diante da burguesia e seu Estado passa pela defesa das reivindicações e dos métodos de luta que de fato defendem a vida das massas e as levam a combater o capitalismo.

9. A imprensa burguesa e os governantes disseram que a população que saiu às ruas condenou as bandeiras dos partidos, rejeitou as formas de organização existentes (sindicatos, centrais), atuou em coletivos não hierarqu-

zados (redes sociais) e, por isso, rechaçou as lideranças □verticalizadas e centralizadoras□. Essa campanha foi potencializada pela política do MPL que condenou a participação organizada nos movimentos das correntes de esquerda e dos sindicatos. A atitude reacionária do MPL empunhando o apartidarismo já havia sido exposta em 2005, quando elaborou sua carta de princípios. Assim, a imprensa e os partidos burgueses propagaram que a população que se identificou com os protestos de junho não atendeu à convocação das Centrais. E concluiu que o 11 de julho foi um fracasso. Querem incutir nas massas a ideologia de que a política dos sindicatos e das correntes de esquerda está ultrapassada. E que os movimentos massivos expressaram as novas concepções de movimento social. Tamaña falsidade tem sido reproduzida no seio da pequena burguesia. O dia 11 de junho, de fato, contou com a presença extremamente reduzida de operários e quase não existiu a paralisação das fábricas. Mas isso se deve unicamente à política das direções sindicais, que não trabalharam pela greve e pela manifestação massiva da classe operária. Como são burocracias vinculadas ao Estado e aos governos, não se dispuseram a organizar paralisações e movimentos com bandeiras que expressassem as reais necessidades do proletariado. As centrais sindicais convocaram o Dia Nacional levantando as bandeiras vinculadas aos projetos de lei que estão no Congresso Nacional e ao método parlamentar. Tratava-se de uma pressão da burocracia para aumentar o chamado □diálogo□ com o governo em torno da redução da jornada para 40 horas, fim do fator previdenciário e fim da lei 4330, que libera a terceirização para todos os setores das empresas e serviços públicos. O fracasso do Dia Nacional nada tem a ver com os arroubos da imprensa vendida e da classe média que se acovarda diante das ações mais radicalizadas dos jovens oprimidos.

10. As massas nas ruas e a corrida da burocracia para capitalizar suas conquistas indicam uma mudança na situação política. Os governos e a burguesia sentiram o chão

tremer, depois de todo um período de dissolução das tendências de luta dos explorados e de conciliação de classes. Em sua base, estão as mudanças na economia. O “Dia Nacional de Luta” ocorreu assim que a jornada de junho havia refluído, permanecendo atos fragmentados. É claro que a burocracia sindical foi obrigada a se mostrar. Mas também refletiu o descontentamento que existe nas fábricas. As demissões voltaram em alguns setores fabris e o patronato indica que terá de atacar os salários e os postos de trabalho generalizadamente. O dia 11 de julho foi encaixado pela Força Sindical, que pretende se destacar como oposição ao governo. A crise econômica leva a burocracia a se preparar para exercer sua função de freio às tendências de luta do proletariado.

A política petista que combina impulso às multinacionais e proteção a setores do capital nacional com medidas de “inclusão social” está num impasse. O campo de manobra se estreitou enormemente.

Dilma se deu conta do impasse. Atende às pressões do agronegócio contra o movimento camponês e indígena. Procura se reconciliar com os banqueiros, invertendo a diretiva de rebaixamento da Selic. Lança projetos de investimento em infraestrutura, reclamados pelo imperialismo e setores nacionais. Retoma as privatizações da época de Fernando H. Cardoso, agora em portos e aeroportos. Entrega o petróleo às multinacionais. Administra as disputas federativas pelos royalties do pré-Sal.

Mesmo assim, o governo enfraquece passo a passo em cada um dos embates no Congresso Nacional. Verifica-se uma tendência centrífuga na governabilidade. O definhamento da capacidade centralizadora do Executivo é insuportável para a fração dominante da burguesia. Um dos aspectos essenciais da centralização – que tem de ser autoritária – está na capacidade do governo controlar a luta de classes e de esmagá-la se necessário.

Tudo indica que está claro para o grande capital que o PT e seus governos foram úteis e poderão sê-lo em outra situação.

O Brasil foi arrastado pela turbulência mundial. Os fatores anteriores que conferiam certa estabilidade na economia e nas classes sociais estão em franco desequilíbrio (balança comercial, déficit em conta corrente, câmbio, superávit primário, dívida interna e externa, inflação, emprego, etc.).

O governo tem reunido esforços em não permitir que a recessão se imponha. Mesmo com as desonerações fiscais e subsídios a poderosos ramos que ditam o curso da economia, não se tem obtido o crescimento esperado. Caso a indústria continue em queda, as demissões darão um golpe definitivo na política do governo petista.

Não se pode ainda caracterizar que o País entrou em uma situação pré-revolucionária, a partir do movimento de junho. Mas é necessário assinalar que a crise política e a luta de classes entraram em uma nova etapa. O que significa a potenciação da crise econômica e a necessidade do proletariado arrebentar as amarras da conciliação de classes.

11. O descontentamento das massas deixou de ser passivo e se tornou ativo. Esse é um dos fatores políticos decisivos que a burguesia tem de administrar. E os revolucionários, em contraposição, têm de expressá-lo com as reivindicações, a estratégia da revolução social e a organização classista.

Passada a tormenta de junho, governo e oposição voltaram a se digladiar em torno de quem tem a maior responsabilidade pelo furor dos explorados. O horizonte se fixa nas eleições de 2014. Dilma se abriu aos movimentos, num gesto formal de recebê-los, sem ter nada a oferecer. E tirou da gaveta a velha reforma política. Como esta depende do Congresso e esse não tem interesse em cortar seus privilégios, apresentou a via de uma Constituinte exclusiva. A manobra voltou ao governo como saiu. Trocou-a por um plebiscito. Poucos deram apoio. O PSDB se vale da impotência do governo petista para fortalecer suas posições eleitorais.

O alto índice de aprovação de Dilma apontava para as

eleições como “favas contadas”. A desintegração da base aliada, com o paulatino afastamento do PSB, era um perigo contabilizado. Agora, a situação política sofreu uma alteração. Dilma, PT e CUT precisam reverter o descontentamento e a desconfiança das massas diante de sua administração. Somente assim manterão o PMDB e PDT ao seu lado e reverterão a posição de Eduardo Campos do PSB.

Os conflitos interburgueses tendem a se agravar. O julgamento do “mensalão” pelo STF foi um de seus sinais.

A importância dos realinhamentos dos partidos burgueses e da acirrada disputa pelo poder está em que atuarão sobre as massas para desviá-las de suas reivindicações e de sua forma coletiva de luta. No campo das esquerdas, o PSOL se destacou em apresentar a corrupção, o saneamento do parlamento, o controle dos governos e as verbas como objetivos pelos quais os explorados devem lutar. O oportunismo pequeno-burguês correu a se valer das mobilizações para se apresentar eleitoralmente. O PSTU foi mais discreto. Mas não perdeu seu senso de oportunidade para levantar a bandeira eleitoral de “inversão completa do modelo econômico” e “alternativa dos trabalhadores”.

Os marxistas sabem muito bem onde vão parar os defensores desse tipo de enunciado – nos braços da democracia burguesa.

O mais sintomático é o afastamento da Força Sindical do governo e da CUT. A burocracia está indicando a desintegração das bases do governo constituída por Lula. A luta pela independência da classe operária se dará também nesse campo.

As ilusões democráticas permanecem, embora os explorados tenham mostrado desprezo aos partidos da burguesia e a sua cova de ladrões que é o Congresso Nacional. O movimento estabeleceu uma base que permite à vanguarda revolucionária avançar na defesa do programa proletário e na tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

12. Não se pode deixar de assinalar o desenvolvimento embrionário do POR e a crise de direção revolucionária.

O Programa de Transição que fundamentou a criação da IV Internacional parte do reconhecimento que o problema fundamental da situação internacional, que caminhava para a 2ª Guerra Mundial, se concentrava na crise de direção. Esse reconhecimento continua válido. A premissa se baseou na revisão estalinista do programa bolchevique e na destruição da III Internacional. Os acontecimentos catastróficos do período confirmaram-na.

O capitalismo em sua fase imperialista se caracteriza historicamente pela desintegração, por descarregar brutalmente suas contradições sobre as massas, por guerras e revoluções. Como atesta o Programa de Transição, as condições objetivas do capitalismo para a revolução socialista estão mais do que maduras. O que resulta em crises constantes e avanço da barbárie.

A 2ª Guerra Mundial expressou o ponto alto do choque entre as forças produtivas e as relações de produção, entre o mercado internacional e as fronteiras nacionais. O capitalismo pareceu reflorescer sobre os escombros e os cadáveres e ter deixado para trás as leis que o levam à destruição e à transformação.

O imperialismo, com apoio da União Soviética estalinizada, prometeu um mundo de paz e prosperidade. A promessa durou pouco. As potências se recuperaram, avançaram o seu domínio sobre as semicolônias e recuperaram o terreno perdido para as revoluções socialistas. Mas esses feitos não puderam e nem poderão eliminar as leis históricas, econômicas e sociais de sua superação.

Com o processo de restauração burguesa da ex-União Soviética e das demais repúblicas socialistas, pareceu que o capitalismo mundial triunfou definitivamente. Nada mais enganoso. Inúmeras foram as crises do pós-guerra. A que se abriu em 2008 nos Estados Unidos não foi superada. Tudo indica que se ampliará e se aprofundará. A burguesia terá de destruir maciçamente forças produtivas e se confrontar com as massas. O que já vem ocorrendo na Europa, no Norte da África e no Oriente Médio, principalmente. Uma nova etapa da luta de classes mundial se

abriu, sob tal condição.

A jornada de junho no Brasil é parte dessa nova etapa. É bem possível que repercutirá na América Latina. Deve, portanto, ser bem assimilada pela vanguarda revolucionária.

O POR tem desenvolvido sua militância segundo a análise rigorosa da crise e a aplicação do programa. Não teve como prever a virada tão repentina das massas, certamente devido a sua condição embrionária. A ausência de centenas de células nas fábricas, locais de trabalho, bairros e escolas o impossibilita verificar as tendências mais profundas da luta de classes e se destacar como direção. Esse é o problema fundamental da crise de direção no País.

As reivindicações que o POR desenvolveu nas manifestações não foram lançadas de improviso. As temos propagandeado sistematicamente. Não alcançaram a agitação de massa devido nosso pouco desenvolvimento. Sem dúvida, correspondem à situação econômica, às necessidades dos explorados e à defesa de fato de sua existência. A crise vai potenciá-las. Os explorados caminharão no sentido do programa revolucionário.

A dispersão das bandeiras, a mescla de reivindicações próprias com demandas da burguesia e sua limitação evidenciaram a contradição entre as tendências de luta e a falta da direção (do programa).

A conduta das correntes em se adaptarem às pressões burguesas sobre o movimento serve de lição para a vanguarda. A crítica do POR ao centrismo, ao seu divisionismo, à sua inconsistência programática, ao seu eleitoralismo e à sua adaptação aos prejuízos da pequena-burguesia se verificaram amplamente no movimento de junho.

O POR está diante de condições favoráveis para se potenciar e dar um salto organizativo. Mas tem de enfrentar a debilidade da militância que ficou à margem ou que fez pouco quando tinha as condições para fazer muito. Trata-se de ajustar a ação organizada do partido no seio das massas de forma a expressar as bandeiras e a estratégia programática. É nos momentos convulsivos que a linha

política parece materializada organizativamente. As posições revolucionárias se transformam em força por meio da ação do partido, que luta pela direção dos explorados. É necessário que o partido verifique a sua atuação na jornada de junho analisando autocriticamente sua atuação centralizada em torno das bandeiras e da orientação traçada. Esse é um dos aspectos fundamentais do balanço da jornada de luta de junho. O fato do partido, porém, atuar desde o princípio no seio da luta pelas reivindicações da juventude, ser um fator atuante e combater sob a política proletária dá-lhe condições para se fortalecer.

Conferência Regional Nordeste

Nos dias 13 e 14 de julho, o POR realizou sua escola de quadros (curso de formação política) no Nordeste. Estiveram presentes as regionais do CE, BA, PB e RN. Teve como tema o programa do POR que será atualizado em nosso congresso de janeiro e uma resolução sobre as mobilizações de junho que ocorreram em todo o país.

A discussão sobre o programa ressaltou a caracterização do Brasil como país semicolonial, a introdução do capitalismo de fora para dentro, sua formação histórica e lenta evolução do pré-capitalismo escravagista ao capitalismo. Destacou o esgotamento histórico do capitalismo, a vigência do internacionalismo proletário, o fracasso do PCB estalinista e a necessidade de reconstrução da IV Internacional.

A escola de quadros tem por objetivo formar militantes e simpatizantes nas ideias revolucionárias. O POR reconhece a importância de elevar os militantes à condição de teóricos do marxismo (transformar a experiência em programa). A derrota ideológica da burguesia, vale dizer, de seus agentes no seio do proletariado (o reformismo), exige a tarefa de estruturar quadros revolucionários. A escola de quadros primou pela disciplina e o rigor nas discussões. Seu êxito mostra o esforço da militância na estruturação do partido-programa no Brasil.

A seguir publicamos a resolução sobre as mobilizações de junho

Resolução sobre as mobilizações de junho

1 – As mobilizações de massa, em junho, resultaram da crise política e econômica. A piora das condições de existência, a inflação, a carestia de vida que sacrifica os explorados e a pequena burguesia arruinada, expressão geral da decomposição capitalista, os escândalos de corrupção e a podridão das disputas entre as quadrilhas burguesas no seio do estado, lançaram as massas nas ruas. A luta contra o reajuste das tarifas de ônibus e metrô, primeiramente em São Paulo e a seguir no Rio de Janeiro, serviu como estopim. Protestos contra reajustes de tarifa do transporte coletivo, remoções de famílias para obras de infraestrutura e gastos com a Copa já vinham ocorrendo em algumas capitais a exemplo de Natal e Goiânia. As manifestações configuraram um levante de massas, em especial da pequena burguesia e sua juventude, que chocou-se contra os governos burgueses de todos os naipes, incluindo o governo Dilma (PT/PMDB/PC do B) Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB). O movimento, convocado inicialmente pelo MPL, levou setores de vanguarda dos estudantes à protestos contra o reajuste das tarifas de ônibus/metrô de São Paulo e foi barbaramente reprimido pela ação da PM do governo paulista do PSDB. O mesmo vindo a ocor-

rer no Rio de Janeiro onde a Polícia do governo do PMDB reagiu ferozmente aos bloqueios de avenida. A repressão desmedida desencadeou, sem que ninguém pudesse prever, a gigantesca mobilização de massa que explodiu espontaneamente, sem direção e sem convocação prévia das Centrais Sindicais, partidos de esquerda etc. A forma e a velocidade com que a revolta da juventude e classe média, espalhou-se por todo o território nacional, envolvendo milhões, expressaram o profundo descontentamento no seio dos explorados bem como a capacidade que estes têm de elevar-se como força social e impor-se perante os governos e a repressão policial.

2 – A ausência física e política do proletariado, amoldado por anos de controle reformista, impediu que as reivindicações de emprego a todos, salário vital, moradia a todos, estatização do sistema financeiro e expropriação da burguesia ganhasse expressão. As massas pequeno burguesas sem contar com uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista, foram pressionadas pela burguesia a canalizar seu descontentamento para os escândalos de corrupção e as disputas interburguesas. As frações burguesas, refeitas de seu assombro inicial (a princípio os jornais burgueses caluniavam as manifestações e os governos acreditavam ser possível debelá-las por meio da simples repressão) buscaram como saída disciplinar a ação das massas e canalizá-la para disputa eleitoral. Uma imensa parafernália midiática foi movida para influenciar a rebelião das massas. Não faltou a ação de inúmeras organizações ligadas à burguesia que se intitulam apartidárias agindo por dentro das redes sociais para esvaziar o conteúdo de suas reivindicações, e preenchê-las com um viés eleitoral. As palavras de ordem burguesas de arquivamento da PEC 37, transformação de corrupção em crime hediondo, reforma política, (introduzidas de fora para dentro do movimento), foram absorvidas e coincidiram com a típica aspiração pequeno burguesa em reformar e moralizar o estado burguês e estiveram misturadas a outras que expressavam, embora deformadamente, as reivindicações

dos explorados, como melhorias na saúde, educação, moradia, transporte, etc. A pequena-burguesia, como classe, é incapaz de desenvolver uma política própria, independente da burguesia ou do proletariado. Nas manifestações, esteve sob a pressão da política da burguesia. Não casualmente agiu sob o signo do nacionalismo, cantando o hino nacional e portando bandeiras verde-amarelas. Assim, foi possível que as manifestações de massa, ao mesmo tempo que se chocavam contra os governos, tanto de oposição quanto de situação, expressassem, também, as disputas interburguesas. A bandeira de combate à corrupção, voltada contra os mensaleiros, foi habilmente manejada pela oposição burguesa contra o Palácio do Planalto. A queda vertiginosa da popularidade de Dilma Rousseff refletiu o êxito do PSDB-DEM em canalizar parte da revolta para desgastar o PT.

3 – Nas jornadas de junho, as massas expuseram sua revolta contra as instituições burguesas. Os protestos em várias capitais se dirigiram não apenas contra o executivo, mas igualmente contra o legislativo (Congresso Nacional, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas). Esta repulsa, porém, pelas próprias condições de ausência da direção revolucionária, só podia manifestar-se de forma espontânea e despolitizada. Uma dessas formas de manifestação foi o rechaço aos partidos. A bandeira do antipartidarismo defendida sistematicamente pelos meios burgueses, todavia, tinham um caráter diferente daquela que era esboçada pela juventude e pequena burguesia revoltosas, que não conseguiam distinguir entre os partidos burgueses, seus algozes, e os partidos da esquerda. Para estes era uma forma de rechaço à podridão da política burguesa e seus partidos fisiológicos. Para os primeiros, no entanto, era uma arma voltada contra o PT/CUT a fim de anulá-los e impedir que o reformismo pudesse dispor dos rumos do movimento e canalizá-los para seus objetivos eleitoreiros. Ao passo que os partidos que se reivindicam da classe operária eram proibidos de atuar com bandeiras e carro de som. Os meios jornalísticos, e secundariamente as redes

sociais, serviram de canal para a penetração das idéias burguesas. Os agrupamentos políticos (muitos deles reivindicando-se do anarquismo) que atuaram para reforçar o rechaço aos partidos agiram como agentes inconscientes da burguesia e colaboraram com a tendência à supressão da democracia operária no seio dos movimentos. A proibição dos partidos pela via da violência física expressou um elemento de reacionarismo dentro das manifestações de massa, que também manifestou-se em bandeiras como a de criminalização do aborto e redução da maioridade penal. Em alguns casos, o uso da violência física contra as correntes de esquerda ficou a cargo dos grupos fascistas infiltrados (caso de São Paulo) que representavam as tendências mais à direita da burguesia atuando em meio aos explorados.

4 – A revolta da juventude e classe média se expressou por meio da ação direta. Os métodos próprios da classe operária se impuseram e foram utilizados pelos manifestantes que tomaram avenidas, bloquearam estradas, destruíram lojas, agências bancárias e ocuparam prédios públicos. Os governos moveram seu aparato repressivo incluindo o uso da Guarda Nacional, criada pelo governo petista, para reprimir as manifestações. O Estado policial manifestou-se no Brasil. O sistema de inteligência trabalhou fundo. As infiltrações de agentes de polícia no interior das passeatas foram abundantes. A juventude respondeu improvisando seus próprios meios de autodefesa e de segurança. As mortes ocorridas, como a de Marcos Delefrate, atropelado em Ribeirão Preto quando participava de uma manifestação ou de Cleonice Vieira, em Belém, que teve parada cardíaca após inalar gás lacrimogênio, entre outras, são de responsabilidade dos governos. A reação violenta das massas nas ruas, destruindo pedágios, incendiando viaturas, carros, ônibus, atacando a sede de algumas prefeituras e de governos estaduais foi duramente condenada pela imprensa burguesa e taxada como ação de ‘vândalos’ infiltrados. A burguesia interveio ativamente para desenvolver o pacifismo e combater todo radicalis-

mo. A fúria da juventude, em especial da juventude pobre que foi se incorporando ao movimento se interpôs como um obstáculo. A polícia, a despeito de seu forte aparato, se viu envolta em batalhas campais. Não pode anular por meio da ‘ação seletiva’ a ação dos chamados ‘vândalos’. A utilização dos métodos próprios do proletariado por parte da juventude pequeno burguesa rebelada não foi expressão da perda de suas ilusões democráticas, mas manifestou um rechaço espontâneo às instituições burguesas. A ausência da classe operária e do campesinato nas lutas impediu que as ações radicalizadas se voltassem contra a grande propriedade capitalista/latifundiária e colocasse o problema da expropriação.

5 – O Movimento pelo Passe Livre (MPL), uma organização artificial e sem raízes de massa, não esteve à altura dos acontecimentos. Em São Paulo, onde estava melhor implantado, o MPL abandonou a consigna do passe livre para estudantes e desempregados e a municipalização do sistema de transporte, em detrimento apenas da anulação do reajuste de tarifas. As manifestações, na medida em que foram adquirindo um caráter massivo, foram ultrapassando não apenas os DCE’s como direção formal da juventude universitária, mas o próprio MPL e ditando novas consignas. As lideranças do MPL foram engolidas para logo capitular abrindo mão de suas próprias reivindicações tradicionais. Por fim, o MPL anunciou sua retirada das mobilizações com a alegação do atendimento da revogação do aumento da tarifa de ônibus/metrô pelos governos Haddad (PT) e Alckmin (PSDB). O problema da direção política e da centralização da lutas esteve colocado ao longo de todas as manifestações de junho. Articuladas via redes sociais (facebook), com caráter horizontal e antipartidário, sem realização de assembleias, sem fóruns de discussão/reunião que pudessem debater as reivindicações e a linha política bem como preparar as ações de rua, a revolta da juventude submergiu no espontaneísmo. As vagas reivindicações, as bandeiras alheias à vida dos explorados e a ausência de uma direção centralizada revelaram a fraque-

za e os limites do movimento.

6 – O PSOL e PSTU atuaram com uma política reformista e centrista nos acontecimentos. Não se mostraram a altura de se distinguirem das pressões pequeno-burguesas e burguesas de canalizar o movimento para o terreno da luta interburguesa. Não levantaram as reivindicações de defesa da vida dos explorados como salário vital, emprego a todos, etc. O PSOL adaptou-se às bandeiras burguesas de retirada da PEC 37, reforma política etc. Ergueu a bandeira de auditar as concessões de benefício aos empresários do transporte e abertura de suas planilhas. Reclamou mais verbas para a educação e saúde públicas sem defender a estatização da rede privada de ensino e saúde. O reformismo psolista há muito havia capitulado, nos meios universitários, aos preconceitos pequeno-burgueses do apartidarismo. Muitas vezes chegou a utilizá-lo como arma contra correntes adversárias. Quando as manifestações forçaram o PSOL a retirar suas bandeiras e impediu a panfletagem de seus parlamentares, os reformistas psolistas acabaram sucumbindo ao reacionarismo por eles mesmo estimulado. O PSOL, por fim, passou a defender junto com o governo petista a proposta de um plebiscito sobre a reforma política e assim, mergulhou de cabeça no jogo eleitoral que se desenvolvia entre as frações burguesas. O PSTU também tem se adaptado às pressões pequeno-burguesas. Não levantou as bandeiras do proletariado, como escala móvel de trabalho etc. Não denunciou com vigor a presença das ideias burguesas e pequeno burguesas e a ausência da política revolucionária. Para justificar sua adaptação eleitoreira e não chocar-se contra o atraso político manifestado pelas massas teve de fazer grosseira apologia das reivindicações surgidas nas manifestações e caracterizado que a maioria esmagadora delas (90%, nas palavras de Zé Maria) choca-se contra a grande burguesia.

7 – Diante da avalanche das massas nas ruas, o PT e a CUT ficaram acuados. O mesmo se passou com o governo petista. O reformismo caracterizou as manifestações da ju-

ventude como uma ação orquestrada por setores da direita burguesa, para derrubar o governo Dilma Rousseff (PT/PMDB). Não podia aceitar o fato de que as massas se haviam rebelado, entre outros, contra o seu próprio governo. O petismo, que sempre controlou os movimentos sociais com mão de ferro, viu-se em apuros com a revolta espontânea, incontrolável e massiva. Seus mecanismos de controle burocrático habituais sobre sindicatos e movimentos populares tornaram-se impotentes para servir de correia de transmissão de sua política ou para pôr sob seu controle as grandes manifestações da juventude. O reformismo petista sempre apoiou-se na chamada classe média, esboçando um programa de reformas pró-capitalistas de cunho popular. Arrastou milhões para disputa interburguesa com os partidos oligárquicos e prometeu reduzir as desigualdades, distribuir renda e democratizar o Estado. Em pouco mais de 10 anos no poder, o PT oligarquizou-se, meteu-se entre as quadrilhas burguesas presentes na máquina do estado e atacou a vida das massas em defesa dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. Não casualmente, a desilusão e a revolta dirigiram-se em grande parte contra o governo petista. A traição histórica do reformismo, que sempre rechaçou a tarefa de organizar os explorados em torno de uma política própria, independente da burguesia, que sempre travou uma batalha de morte contra o marxismo revolucionário e alimentou as ilusões democráticas dos oprimidos foi paga com o repúdio das massas na forma de levantes e desgaste eleitoral. A ausência do proletariado e seu partido, como dirigente de massas, impossibilitou que os explorados pudessem seguir adiante e arrancar as suas reivindicações.

8 – As manifestações arrancaram uma importante conquista política. O recuo dos governos em quatorze capitais revogando os reajustes de tarifa de ônibus e metrô só foi possível pela disposição inquebrantável das massas de enfrentar a tropa de choque, ocupar as avenidas e radicalizar nos métodos de luta. De nenhuma forma se deveu à política de suas direções como MPL, movimento mais pão

menos circo etc. Economicamente, a revogação do reajuste não altera as condições de vida miseráveis da maioria. A vitória política esteve em ensinar às massas que o caminho para a arrancar suas reivindicações passa pela ação direta e não pela via eleitoral. As concessões anunciadas pelo Governo Dilma/PT e estabelecidas no Pacto sobre educação, saúde, transporte e reforma política acertado com governadores e prefeitos foram ditadas pela pressão do movimento e pelas disputas interburguesas. Os partidos burgueses, organizados em torno do governo, acenam com o atendimento de vagas reivindicações ou no caso do PT fazem demagogia em torno do plebiscito e assembleia constituinte utilizados como arma contra a oposição PSDB-DEM. As ações concretas serão para inglês ver. O orçamento do governo permanecerá intocado. A crise mundial capitalista que já golpeia o Brasil o atingirá com mais força e obrigará os governos a cortar recursos e prosseguir sua política de desintegração da educação, saúde e previdência. Os recentes indicadores de volta da inflação, deterioração das contas externas, desaceleração brutal da indústria, queda do preço internacional das commodities e profundo endividamento da população significarão que o governo terá de sair em socorro dos capitalistas e aprofundar medidas como privatizações, retirada de direitos, achatamento e cortes de salário. As massas não terão outra alternativa a não ser voltar a reagir com novos levantes, desta vez mais organizados.

9 – A tese porista de que a luta de classes alcançaria um novo patamar, em decorrência da profunda bancarrota econômica do capitalismo, vem sendo confirmada pelos fatos. As multitudinárias manifestações que sacudiram as capitais, protagonizadas pela juventude pequeno-burguesa e uma parcela da população pobre, romperam a estabilidade da política burguesa e colocaram o Brasil no mapa dos países convulsionados. A irrupção das massas paralisou os aparatos institucionais da burguesia. Os governos ficaram encurralados e o Congresso prostrado diante da ação soberana das massas nas ruas. Nem os

velhos partidos burgueses, nem parlamentares demagogo-populistas, nem o reformismo e sua gigantesca estrutura sindical conseguiram tornar-se uma referência para guiar as massas. Estavam demasiados apodrecidos e carcomidos. Por outro lado, uma direção proletária capaz de imprimir uma caráter anticapitalista e anti-imperialista às lutas também não pode emergir dada a profunda crise de direção revolucionária. O Partido Operário Revolucionário (POR), ainda em construção, chocou-se com a política burguesa e pequeno burguesa democratizante no interior das manifestações. Trabalhou as reivindicações do Programa de Transição que levassem as massas a enfrentar-se com a grande propriedade privada burguesa, a exemplo das consignas de salário vital, escala móvel das horas de trabalho, estatização da saúde ensino e transporte privados sob controle dos trabalhadores, revolução proletária e governo operário-camponês. O arrefecimento das ações de rua, sem que as massas tenham sido derrotadas, implica que não perderam disposição de luta; recuam para dar um novo salto adiante. A próxima onda de manifestações se deparará com o problema capital de despertar o proletariado e romper as travas da burocracia sindical para que se incorpore às mobilizações de massa. As tarefas que se desprendem destes extraordinários acontecimentos são ampliar a propaganda revolucionária entre as massas e superar a crise de direção construindo o partido revolucionário e impulsionando o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- anchor.fm|por-massas